

## **GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA: BREVE ENSAIO SOBRE ORIGEM E MANIFESTAÇÕES DO PODER PATRIARCAL**

Ana Carolina de Moraes Colombaroli<sup>1</sup>  
Vanessa Ribeiro do Prado<sup>2</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho busca desmistificar o conceito de gênero e demonstrar o caráter opressor e violento de suas categorizações, consolidadas em diversas manifestações explícitas e implícitas na construção social histórica e contemporânea. Busca-se compreender a origem e finalidade da ideologia do binarismo de gênero, utilizando-se, para tanto, da análise das diversas teorias que justificaram sua existência ao longo dos tempos, tais como as biológicas, filosóficas, econômicas, psicanalíticas e estruturalistas, para, ao final, apresentar a proposta de retorno ao ser universal, que reúne em si todas as qualidades ditas femininas e masculinas: o Ser Humano como gênero.

**Palavras Chave:** Gênero, Patriarcado, Sexualidade, Mulheres.

### **Abstract:**

This article aims to demystify the concept of gender and to demonstrate the oppressive and violent character of its categorizations, consolidated in several explicit and implicit manifestations in the social construction, historically and contemporaneously. We seek to understand the origin and purpose of the ideology of gender binarism, using, therefore, the analysis of the various theories that justified its existence over time, such as biological, philosophical, economic, psychoanalytic and structuralist to, at the end, present the proposal to return to the universal human is presented, which brings together all the so-called feminine and masculine qualities: the Human as a gender.

**Keywords:** Gender, Patriarchy, Sexuality, Women.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina. Bacharel e mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente na Libertas Faculdades Integradas e no Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. Advogada.

<sup>2</sup> Bacharel em Direito pela Libertas Faculdades Integradas. Advogada.

## Introdução

Para adentrar no conceito de gênero e seus desdobramentos, é importante, antes, tratar da subjetividade. A subjetividade está presente no mundo interno do indivíduo e é moldada por suas percepções e orientações internas e externas. Já o gênero, grosso modo, pode ser definido como os papéis e características atribuídos e valorados a cada sexo (macho/fêmea), em cada sociedade.

Afirmar que uma pessoa se identifica com seu gênero é dizer que há uma concordância entre sua subjetividade e as características relacionadas a seu gênero vigentes no meio social. Já a orientação sexual, refere-se às preferências sexuais de cada pessoa, dizendo respeito aos desejos e atrações internos (homossexuais, heterossexuais, bissexuais etc). É por meio da identidade de gênero e da orientação sexual que é elaborada a subjetividade do indivíduo, relacionando-se com os demais em sociedade.

É comum encontrarmos explicações científicas que atribuem à fisiologia dos corpos<sup>3</sup>, especialmente aos hormônios, a diferença estabelecida entre os sexos. Entretanto, com a contribuição de múltiplas ciências, cujas teorias foram pensadas, contestadas e repensadas, já é majoritariamente aceito, na contemporaneidade, que a espécie humana depende intrinsecamente da socialização para elaborar e construir sua subjetividade. Com o processo de socialização e interação com outros indivíduos e mecanismos institucionais, da infância até a vida adulta, os corpos são ensinados a ocupar determinados lugares no mundo, socialmente aceitos para homens e mulheres.

Assim, a identidade, e, portanto, a subjetividade, são fluidas e dinâmicas, tornando-se consequências das interações sociais. O caráter “feminino” ou “masculino” não é fixo a atributos materiais, performáticos ou biológicos, - como usar rosa/azul ou possuir pênis/ vagina -, senão constructos

<sup>3</sup> A esse respeito, Cf. FAUSTO-STERLING, Anne. **Myths of gender: biological theories about women and men**. 2. ed. New York: Basic Books, 1992. No livro, a autora realizou uma revisão bibliográfica de uma série de pesquisas científicas que tratavam de diferenças de sexo e gênero em relação à cognição, competência, equidade, bem como pesquisas que promoveram regiões do cérebro como indicadores de diferenças entre os sexos, demonstrando a inconsistência das pesquisas, bem como seus vieses sexistas e homofóbicos.

sociais, utilizados, milenarmente, como ferramentas de dominação das mulheres pelos homens.

O presente trabalho, estruturado com características ensaísticas<sup>4</sup>, parte das análises de Simone de Beauvoir, passando por teóricas e teóricos que se ocuparam da crítica às diferenciações e dominações de gênero, dialogando com a literatura e fatos da política brasileira, para discutir a desigualdade histórica entre homens e mulheres, a formação estrutural do gênero, a dominação e a violência, propondo, ao final, a superação da categoria “gênero”.

### *Desigualdade histórica: possíveis fundamentos*

O resultado histórico dessa separação binária de características foi a condição de inferioridade imposta sobre o gênero feminino. Como introduz Beauvoir (2016, p. 14):

Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si. (...) os judeus são os “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para a classe dos proprietários. (...) O sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto.

Interessa ressaltar que, também de acordo com Beauvoir (2016, p. 105-108), alguns fatos induzem a supor que nos tempos primitivos havia um verdadeiro matriarcado. Essa *idade de ouro* da mulher era justificada pela imagem mística que os homens tinham dela. Em verdade, o “matriarcado”, caso tenha realmente existido, não representava vantagem ou sequer equidade entre os gêneros, uma vez que a mulher era “endeusada” e considerada um ser, de qualquer modo, digno de tratamento diferenciado daquele conferido aos homens, pois era adorada por

<sup>4</sup> (...) seus esforços ainda espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que os outros já fizeram. O ensaio reflete o que é amado e odiado, em vez de conceber o espírito como uma criação a partir do nada, segundo o modelo de uma irrestrita moral do trabalho. Felicidade e jogo lhe são essenciais. Ele não começa com Adão e Eva, mas com aquilo sobre o que se deseja falar; diz o que a respeito lhe ocorre e termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer: ocupa, deste modo, um lugar entre os despropósitos (ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Oliveira. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003, p. 15-45. p. 16-17).

seus poderes místicos, ou seja, *além* do reino humano, e, por isso, apolíticos. Sua divindade fazia com que fosse impossível encará-la como outro sujeito. A sociedade, como campo racional, continuava pertencendo ao masculino. “Terra, mãe, deusa, não era ela para o homem um semelhante”.

Ainda de acordo com a autora (2016, p. 105-108), quando o homem primitivo toma consciência de si e de seu poder fecundador perante a mística feminina, toda sociedade tende para uma forma patriarcal. Apesar dos supostos poderes atribuídos à mulher, o homem permanece seu senhor, como o é da terra fértil. Vê a mulher como a Natureza, cuja mágica da fertilidade ela encarna, como um ser destinado à domesticação, posse e exploração. “O prestígio que goza aos olhos dos homens, é deles que recebe; por poderosa que seja, é através das noções criadas pela consciência masculina que ela é apreendida”. De outro lado, o *homo faber*<sup>5</sup> orgulha-se de sua autonomia, seu poder de criação e inovação no mundo sem a dependência da natureza. “Seu êxito não depende de favores dos deuses, e sim de si mesmo”.

Assim, segue a mulher sendo o inessencial perante o essencial, o segundo sexo, o objeto, a metade inferiorizada perante a outra, melhor e neutra. Seja pela magia, seja pela dependência, é considerada um ser falho. “Condenada a desempenhar o papel do Outro (...) estava condenada também a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela que escolhe seu destino” (BEAUVOIR, 2016, p. 115).

Progredindo na linha histórica, inúmeros fatores são atribuídos à justificativa de submissão do sexo feminino. Bourdieu (2012, p. 24), sociólogo francês, apresenta a visão de anatomistas no início do século XIX, que, ampliando o discurso de moralistas da época, tentavam encontrar no corpo da mulher a justificativa do estatuto de inferioridade que lhe era imposto. Para tanto, alegavam a existência de oposições rasas como o interior e o exterior, a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade. Reforçando o argumento biológico, também o encargo da gravidez e a inferioridade muscular eram recorrentemente invocados. Todavia, em uma análise

mais apurada, é evidente que a valoração de todos esses dados só pode dar-se em relação a um contexto:

a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe, das leis que se impõe. (...) onde os costumes proíbem a violência, a energia muscular não pode alicerçar um domínio: é preciso que haja referências existenciais, econômicas e morais para que a noção de fraqueza possa ser concretamente definida. (BEAUVOIR, 2016, p. 62-63)

Nesse sentido, a historiadora Gerda Lerner (2019, p. 46) afirma:

A falácia mais óbvia dos sociobiólogos é desconsiderar a história ao negligenciar o fato de que homens e mulheres modernos não vivem em estado natural. (...) Tradicionalistas ignoram as mudanças tecnológicas, que tornaram possível dar mamadeiras a bebês de maneira segura e criá-los até a idade adulta com cuidadores que não sejam as próprias mães.

Lerner (2019, p. 33 e 126) sustenta a tese de que mulheres foram os primeiros “escravos” da história, em decorrência de conflitos entre grupos primitivos, que, ao vencerem batalhas sobre outros povos, aprisionavam mulheres e crianças e executavam os homens<sup>6</sup>. Essas mulheres tornavam-se prisioneiras de guerra e servas sexuais. “A escravização de prisioneiras, e seu uso como concubinas (...) manteve-se desde a época do épico do Homero até o período moderno”. A autora ainda afirma que tal prática serviu como parâmetro para o futuro modelo escravocrata que surgiria no futuro, de homens e mulheres, classificados como pertencentes a raças inferiores. A escravização da mulher prisioneira de guerra permitiu ao homem assimilar a possibilidade de estabelecer dominância sobre outros seres humanos, estruturando hierarquias e dividindo-os em dominantes e dominados, culminando, posteriormente, na institucionalização da escravidão.

A psicanálise também se ocupou de uma possível justificação, colocando na ausência do falo a inferioridade da mulher. Freud supõe que a mulher se sintia um homem mutilado (BEAUVOIR, 2016, p. 70),

<sup>5</sup> A autora considera o *homo faber* como o reinado do tempo em que o homem se pode vencer tal como o espaço, da necessidade, do projeto, da ação, da razão. Constantes superações.

<sup>6</sup> A justificativa utilizada é a de que seria mais difícil conter e manter homens prisioneiros, em razão da força muscular. Já mulheres e crianças, além de serem mais facilmente mantidas, serviam como servas do vencedor, inclusive sendo obrigadas a prestar serviços sexuais.

e, apesar do aproveitamento, pela teoria feminista, de diversos outros aspectos da teoria freudiana, “foi a máxima de que, para mulheres, ‘anatomia é destino’, que deu nova vida e força ao argumento de supremacia masculina” (LERNER, 2019, p. 45). Nessa linha também reverberaram alguns filósofos: Aristóteles dizia ser a mulher uma espécie de “homem falho”, devido ao suposto falo incompleto ou com formação “para dentro”. Já para São Tomás, a mulher seria um homem falho intelectualmente (BEAUVOIR, 2016, p. 134-135).

A dominação masculina também ganhou explicação dentro do marxismo, posicionando a opressão feminina como decorrência da opressão capitalista. Beauvoir (2016, p. 86) pontua que para defensores do materialismo histórico, como Engels e Bebel, o paternalismo capitalista é a causa da inferioridade feminina. Acreditam que quando o socialismo dominar todo o mundo, não haverá mais homens e mulheres, mas tão somente trabalhadores iguais entre si. Entretanto, essa visão é limitada e estreita, colocando toda a problemática como uma questão tão somente econômica. Concordando, Scott (1995, p. 79) afirma:

De fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; (...) os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagiam para produzir as experiências sociais e históricas; (...) que nenhum dos dois era causal, mas que os dois "operam simultaneamente para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular.

Lerner (2019, p. 33) destaca a anterioridade da desigualdade de gênero em relação à desigualdade de classes:

A apropriação da função sexual e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorreu *antes* da formação da propriedade privada e da sociedade de classes. A transformação dessa capacidade em mercadoria, na verdade, está no alicerce da propriedade privada.

Rago (1998, p. 6) reforça que “a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam, e não como um reflexo das relações econômicas”. Todavia, o início da acumulação primitiva consagrou e reforçou o

poder patriarcal, tendo seu ápice nos séculos XV-XVII, com os cercamentos, a chamada “caça às bruxas” e a regulação institucional da sexualidade feminina. Conforme Lerner (2019, p. 49):

Os homens se apropriaram dos excedentes do pastoreio, tornando-os propriedade privada. Uma vez adquirida tal propriedade privada, os homens buscaram garanti-la para eles e seus herdeiros; para isso, instituíram a família monogâmica. Controlando a sexualidade das mulheres com a exigência da virgindade pré-nupcial e a determinação do duplo padrão de julgamento sexual no casamento, os homens garantiram a legitimidade da prole, assegurando, assim, seu direito à propriedade.

Para os padrões religiosos da Santa Inquisição, mulheres independentes demais, imponentes, que não obedeciam a seus maridos, possuidoras de conhecimentos sobre plantas medicinais que serviam como meios curativos, de controle de natalidade preventivo e até meios abortivos, certamente seriam criaturas compactuadas com o demônio. Assim, seu extermínio reafirmava, perante a população, a prevalência do Bem, representado por Deus, que, por sua vez, era representado pela Igreja, sobre o mal, encarnado na figura feminina desviante.

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino – que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (FEDERICI, 2017, p. 306).

Portanto, é insustentável defender, por exemplo, que a modernização e a industrialização são as responsáveis pela necessidade de abandono do lar das mulheres que optavam por trabalhar fora, ou de dependência das que optavam por constituir famílias e, assim, precisavam se dedicar ao trabalho doméstico. A união do discurso patriarcal ao capitalista incipiente provocou, na verdade, três fenômenos distintos, elencados por Federici (2017, p. 26): a formação de uma nova divisão sexual na esfera do trabalho; a

construção de uma nova ordem patriarcal, em que mulheres estavam excluídas do trabalho assalariado, ao passo que subordinavam-se aos homens; a consolidação da lógica mecanicista do corpo proletário, e a consequente transformação, especificadamente das mulheres, em máquinas de produção de novos trabalhadores.

Diferentemente de Engels, o antropólogo Claude Lévi-Strauss credita ao incesto e, conseqüentemente, ao comércio de mulheres, o início da subordinação feminina. “Lévi- Strauss vê no tabu do incesto um mecanismo humano universal, que está na raiz de toda a organização social” (LERNER, 2019, p. 51). De acordo com Lévi-Strauss (1982, p. 523), a proibição histórica do incesto, para além de proibir relações sexuais entre familiares, acabava por obrigar a que homens oferecessem suas filhas, mães e irmãs, a outros homens, de outras famílias, originando, assim, a troca ou comércio de mulheres, antes mesmo do desenvolvimento dos Estados arcaicos. Neste processo de reificação da mulher, encontra-se uma bela chave de entendimento para o casamento monogâmico, que viria a surgir pouco tempo depois:

A relação global de troca que constitui o casamento não se estabelece entre um homem e uma mulher como se cada um devesse e cada um recebesse alguma coisa. Estabelece-se entre dois grupos de homens, e a mulher ali figura como um dos objetos da troca, e não como um dos membros do grupo entre os quais a troca se realiza. Isto é verdade, mesmo quando são levados em consideração os sentimentos da moça, como aliás habitualmente acontece. Aquiescendo à união proposta, a moça precipita ou permite a operação de troca, mas não pode modificar a natureza desta (LÉVI-STRAUSS, 1982, p. 155).

Assim, o antropólogo, assumindo uma posição estruturalista, apresentou uma explicação distinta daquela de origem econômica, deslocando o foco para aspectos simbólicos e significantes da sociedade.

### ***Gênero como uma formação estrutural***

Após a apresentação dos argumentos mais usuais, percebe-se que tal inferioridade feminina não se explica pela eleição de um marco histórico ou um fundamento único, uma vez que é fruto de diversas estruturas e acontecimentos somados no decorrer da

história. Como enfatizou Beauvoir (2016, p. 91), “o valor da força muscular, do falo, da ferramenta, só se poderia definir num mundo de valores: é comandado pelo projeto fundamental do existente transcendendo-se para o ser”.

Eleger um evento ou marco histórico para o início do patriarcado seria uma própria contradição em termos, já que, assumindo tal possibilidade, implicitamente, assumir-se-ia também tratar-se de algo natural, que simplesmente ocorreu, e não como o produto de uma construção social.

O período do estabelecimento do patriarcado não foi um “evento”, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3.100 a 600 a.C. Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momentos diferentes, em sociedades distintas (LERNER, 2019, p. 32-33).

Scott (1995, p. 85) conclui que para buscarmos o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para a compreensão do funcionamento do gênero e como ocorre a mudança: “Em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados”. Nesse sentido, também Lévi-Strauss (1982, p. 175):

Se é verdade que a passagem do estado de natureza ao de cultura se define pela aptidão, por parte do homem, em pensar as relações biológicas sob forma de sistemas de oposições, (...) será preciso talvez admitir que a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, quer se apresentem em formas definidas ou vagas, constituem não fenômenos que se trata de explicar, mas os dados fundamentais e imediatos da realidade mental e social, e que se deve reconhecer neles os pontos de partida de toda tentativa de explicação.

A denominação “gênero” surge em meados da década de 1970, mas pensadoras feministas já permeavam seu conceito décadas atrás. Em 1941, a filósofa existencialista Simone de Beauvoir, por nós já citada, apesar de não se declarar feminista, já defendia que o sexo biológico não era suficiente para explicar as desigualdades e inferioridades entre as condutas e comportamentos dos sexos. Na antropologia, verifica-

se que homens e mulheres, nas diversas partes do mundo, têm comportamentos diversos entre si, o que também faz constatar que as diferenças de gênero são orientadas por particularidades culturais, ou, do contrário, encontrar-se-iam hábitos iguais em qualquer parte do mundo. Entretanto, apesar da distância e diferença cultural, a opressão da mulher é uma constante.

Faz sentido formular questões feministas em qualquer lugar. As desigualdades entre os sexos têm sido interpretadas como um fenômeno universal. (...) A premissa clássica do método comparativo em antropologia, de que, por exemplo, instituições sociais, papéis, e assim por diante, podem efetivamente ser comparados, está próxima da suposição da pesquisa feminista de que se pode, em qualquer lugar, perguntar as mulheres se elas são dominadas pelos "homens" ou, no caso, pela "sociedade". Em ambas as explicações, sociedades diferentes aparecem como análogas umas às outras. Conquanto obviamente façam as coisas "diferentemente", todas elas solucionam ou enfrentam os mesmos problemas originais da existência humana. (...) A biologia, que os faz irredutivelmente diferentes, é considerada como determinante e, ao mesmo tempo, como superada pelas infinitas variedades de experiência cultural que adaptam, aperfeiçoam e modificam os dados da natureza. O que é visto como mais suscetível de aperfeiçoamento é, por certo, a cultura ou a própria sociedade - isto é, não propriamente os corpos de homens e mulheres, mas os arranjos convencionais das relações entre eles (STRARHERN, 2006, p. 63).

O artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, da historiadora Joan Scott, publicado em 1976, elevou a crítica ao patamar público, afirmando ser o gênero um campo de disputa teórica e política, devendo ser entendido como produto das relações de poder da sociedade. Assim, define gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), afirmando que a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. Exemplificando, “O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, construção social” (LERNER, 2019, p. 47-48).

### ***Gênero, dominação e violência***

Portanto, a formação de um ser humano não é pré-determinada: ela acontece de acordo com a educação e o convívio social. Entre os diversos aprendizados, a criança aprende o que é, em seu mundo externo, ser homem e ser mulher, quais papéis são atribuídos ao homem e à mulher e como devem se relacionar entre si. Tais ensinamentos, uma vez que são fundados em valores e crenças vigentes da época, por vezes podem servir como reforço de uma diferenciação injusta e perigosa. Em uma análise histórica da sociedade patriarcal, ao passo em que os homens se sentem superiores, mas, também, ameaçados pelo Outro, as mitologias e leis são feitas por eles e em seu interesse, colocando a mulher em uma posição de subordinação, muitas vezes de forma velada, de modo que não se transpareça a *necessidade*, e, ao mesmo tempo, o *medo* do Outro.

E, no entanto, o Mal é necessário ao Bem, à matéria, à ideia, à noite, à luz. O homem sabe que para saciar seus desejos, para perpetuar sua existência, a mulher lhe é indispensável. É preciso integrá-la à sociedade: na medida em que ela se submete à ordem estabelecida pelos homens, ela se purifica de sua mácula original. (...) Essa ambivalência permanece até os nossos dias submetida à vontade dos homens. Mas essa vontade é ambígua: através de uma anexação total, a mulher seria rebaixada ao nível de uma coisa; ora, o homem pretende revestir de sua própria dignidade o que conquista e possui; o Outro conserva, a seus olhos, um pouco de sua magia primitiva; como fazer da esposa ao mesmo tempo uma serva e uma companheira, eis um dos problemas que procurará resolver” (BEAUVOIR, 2016, p. 116-117).

As violências de gênero agem de forma silenciosa, como se fossem naturais e inatas. Explica Bourdieu (2012, p. 8), mencionando o conceito de violência simbólica:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do

reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Vários exemplos podem ser citados no cotidiano: meninas que gostam de ter o cabelo curto são chamadas de “Joãozinho” e logo taxadas de lésbicas; meninos muito sensíveis, que se emocionam facilmente, recebem apelidos de “mocinha”, pois não atendem ao ideal de virilidade já consagrado ao gênero masculino; mulheres que fazem esportes de luta e homens que fazem dança também não escapam aos maldosos comentários populares, colocando em xeque suas sexualidades. Trata-se de diferenças que são produto de uma “construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças” (BOURDIEU, 2012, p. 23). Não por acaso, a discriminação sempre recai sobre as características ditas femininas presentes em homens, ou a falta delas em mulheres.

Essa prática, baseada na visão androcêntrica de mundo cunhada historicamente pela dominação masculina, fortalece os mecanismos de exclusão e negação, não só sociais, mas também familiares e profissionais, atingindo seu ápice nas agressões verbais e físicas, muitas vezes fatais.

Relacionada sempre ao ambiente privado, à vida doméstica e aos costumes conservadores, a mulher “mais plenamente integrada na sociedade é a que possui menor número de privilégios” (BOURDIEU, 2012, p. 141). Corroborando o raciocínio, Lévi-Strauss (1982, p. 156) associa o patriarcado aos níveis mais altos de cultura e organização:

(...) É verdade que em sociedades nas quais o poder político tem precedência sobre as outras formas de organização (...) têm, pois, a tendência a generalizar o direito paterno. Mas é porque a autoridade política, ou simplesmente social, pertence sempre aos homens, e esta prioridade masculina representa um caráter constante, quer se ajuste a um modo de filiação bilinear ou matrilinear, na maioria das sociedades mais primitivas, quer imponha seu modelo a todos os aspectos da vida social, conforme acontece nos grupos mais desenvolvidos.

Considerada naturalmente um ser “apolítico”, todos os anseios da mulher e tentativas de transcender-

se são severamente contidos e considerados anormais pela sociedade patriarcal, tratando-a, conseqüentemente, como eterno objeto, muitas vezes de luxo (pertencente ao capital simbólico<sup>7</sup> em poder dos homens), a quem se deve tutelar e não necessariamente respeitar. Por essa lógica paternalista, coloca-se em questão o próprio comportamento cavalheiresco, já que

além de poder conduzir a seu confinamento ou servir para justificá-lo, pode igualmente contribuir para manter as mulheres afastadas de todo contato com todos os aspectos do mundo real “para os quais elas não foram feitas” porque não foram feitos para elas (BOURDIEU, 2012, p. 77).

Nesse sentido, a coisificação da mulher é uma realidade e pode ser bem sintetizada pelo que chamou Gomes (2017, p. 1614) de “Síndrome da Barbie”. De acordo com este autor, o fato de meninas serem desde a infância incentivadas a brincarem com objetos que remetem à esfera privada, subordinação e subserviência do marido, como fogõezinhos, panelinhas e bonecas, aliado ao constante reforço familiar e social pelo ideal de beleza e corpo, como o incentivo ao uso de maquiagens, dietas e roupas da moda, são essenciais para o sucesso de uma objetificação feminina, tomando a mulher como objeto sexual/de desejo e não como sujeito de direitos.

De outro lado, importante ressaltar que a faceta da socialização feminina que visava à infantilização da mulher possui um recorte de raça, já que claramente não se aplicava às negras. A socialização destas mulheres, no período escravocrata, e também fora dele, chegava a ser tão violenta que uma lógica inversa era aplicada a elas, ou seja, eram consideradas possuidoras de uma resistência acima da média e capazes de suportar dores e sofrimentos maiores que qualquer mulher branca. Portanto, diferente da infantilização imposta à branquitude, as mulheres negras sofriam um processo de animalização, assumindo os papéis designados a certas categorias como a mulata, a

<sup>7</sup> Trata-se de um conceito sociológico usado por Bourdieu, como um alargamento da concepção marxista, denominando *capital* não só as trocas econômicas, mas também as sociais e culturais. Assim, por capital simbólico entende-se trocas que resultam ao indivíduo acumulação não só material, mas intelectual, de honra ou prestígio.

doméstica, e a mãe-preta (GONZALEZ, 2019, p. 238).  
Na perspectiva de Angela Davis:

Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiram compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – o trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamento e estupro – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (DAVIS, 2016, p. 39).

Quanto à faceta de objeto sexual encarnada na feminilidade, apesar de comum a todas as mulheres, também possui suas particularidades, sendo mais intensa e gerando menos comoção social quando relacionada a negras. Extremamente sexualizadas, tornaram-se símbolos da sensualidade e, conseqüentemente, do pecado, já que, conforme a narrativa histórica, não eram violentadas, pelo contrário - seduziam os homens e os desviavam dos bons costumes. Além disso, a violência sexual como ferramenta de submissão à autoridade é prática antiga, que remonta aos primórdios da formação dos estados e é continuamente replicada. Comenta Davis (2018, p. 37), no contexto da escravização:

Da mesma forma que o estupro era um elemento institucionalizado de agressão ao povo vietnamita, concebido com a intenção de intimidar e aterrorizar as mulheres, os proprietários de escravos encorajavam seu uso terrorista para colocar as mulheres negras em seu lugar. Se elas conseguissem perceber a própria força e o forte desejo de resistir, os violentos abusos sexuais – é o que os proprietários devem ter raciocinado – fariam com que elas se lembrassem de sua essencial e inalterável condição de fêmeas.

A recorrência destas práticas de infantilização, animalização e reificação sexual associadas à feminilização de mulheres, brancas ou negras, fez com que muitos comportamentos fossem naturalizados e incorporados à subjetividade também feminina, acarretando não só sua aceitação, mas até mesmo o repasse de mãe para filha, como um processo invisível de absorção (e não necessariamente imposição) desse capital imaterial. Nesse sentido:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 2012, p. 22).

A coisificação da mulher, perpetrada desde a infância, retira dela seu potencial de independência, de inovação, de transcendência. No famoso clássico (não tão) distópico “O Conto da Aia”<sup>8</sup>, em que a exploração e submissão feminina são levadas ao extremo em nome da religião, a própria personagem se sente um pertence da casa e acaba por enxergar o seu corpo apenas como carne, desprovido de vida. “Evito olhar para baixo, para meu corpo, não tanto porque seja vergonhoso ou impudico, mas porque não quero vê-lo. Não quero olhar para alguma coisa que me determine tão completamente” (ATWOOD, 2017, p. 78). Nesse sentido, Beauvoir (2016, p. 25) pontuou que a peculiar condição da mulher é que ela

descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, voltá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito que se põe sempre como essencial e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se o ser humano dentro da condição feminina? (...) Como encontrar a independência no seio da dependência?

Portanto, a visão androcêntrica é permanentemente legitimada pelas próprias práticas que ela cria, como um ciclo que produz e reproduz as estruturas sociais, “baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*”<sup>9</sup> (BOURDIEU, 2012, p. 45).

<sup>8</sup> A obra encontra correspondências com acontecimentos retratados no primeiro livro da Bíblia, Gênesis.

<sup>9</sup> Conceito sociológico usado por Bourdieu, definido basicamente por um sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em

Evidente que os mecanismos de perpetuação da dominação masculina não seriam tão fortes se permanecessem apenas na subjetividade dos indivíduos: longe disso, eles se fazem presentes em diversos campos e instituições de poder, inegavelmente necessários para legitimação e continuidade da dominação de gênero. Nesse sentido, Bourdieu (2012, p. 46) observa:

(...) as estruturas de dominação (...) são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos.

O resultado desses mecanismos é, como já mencionado, a naturalização dos comportamentos atribuídos a cada sexo. Isso explica o porquê de uma mulher, vítima de violência, simbólica ou real, e seu agressor, muitas vezes não se enxergarem como tais. O status do homem perante a sociedade sempre foi de movimento, coragem, virilidade - “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 2012, p. 67), e insensibilidade. “Agressivo por natureza”, todo aquele que destoasse dessa linha comportamental poderia ser considerado anormal e “afeminado”.

Essa força superior, que pode fazê-lo aceitar como inevitáveis, ou óbvios, isto é, sem deliberação nem exame (...) é a transcendência social que nele tomou corpo e que funciona como amor fati<sup>10</sup>, amor do destino, inclinação corporal a realizar uma identidade constituída em essência

---

suas experiências sociais (tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras).

<sup>10</sup> Termo cunhado por Nietzsche, amor fati quer dizer a plena aceitação e adoração daquilo a que está sujeito. “Não querer ter nada de diferente, nem para frente, nem para trás, por toda a eternidade... não apenas suportar aquilo que é necessário, (...) muito menos dissimulá-lo, mas sim amá-lo...” (NIETZSCHE, 2006, p. 67-68).

social e assim transformada em destino (BOURDIEU, 2012, p. 64).

### **Gênero: categoria a ser superada**

Após todo o exposto, nota-se a importância da compreensão do que vem a ser o gênero e, conseqüentemente, a violência baseada no gênero. O comportamento dominante e violento masculino para com o sexo feminino, longe de ser inato, advém da combinação de vários fatores, sendo os significados atribuídos aos gêneros um dos grandes responsáveis pela organização da sociedade patriarcal capitalista. Como afirma Débora Diniz (2017, p. 245):

Esse regime político de transformação e investimento contínuo nos corpos sexados ao nascer para que reproduzam o sistema social de formação de hierarquias e poderes [é usado] em particular para que garantam a reprodução social pela reprodução biológica dos corpos; por isso acreditamos tanto na família heterossexual e centrada na casa, com o cuidado dos filhos pelas mulheres. Por isso, criminalizamos o aborto e se crê ser aberração uma família entre dois homens e seus filhos. Gênero é um dispositivo de poder do patriarcado, essa ordem de poder que garante a permanência dos brucutus<sup>11</sup> no país do Brucutu como um valor.

Manifestando-se de várias formas, tem na violência doméstica contra as mulheres e crianças sua consagração por excelência: como pai ou como marido, o homem estabelece seu poder hierárquico dentro da família, tomando como propriedade a mulher e os filhos, e estes, como objetos pertencentes, necessariamente devem obediência às vontades do patriarca e dos regramentos sociais, sob pena de serem coagidos, física ou simbolicamente.

Atualmente, apesar de ser notória a desconstrução de certos papéis de gênero e a grande inclusão das mulheres nos espaços anteriormente inacessíveis a elas, percebe-se ainda a força do discurso conservador e machista, entranhado na mentalidade da maior parte da população e reproduzida

---

<sup>11</sup> “O Brucutu não é um corpo específico, um sujeito com nome ou sobrenome, e sim um tipo com patente de poder, com geografia de mando, com hierarquia de voz. Os brucutus são corpos sexados como machos ao nascer, os corpos masculinos” (DINIZ, 2017, p. 243).

nos *habitus*, especialmente quando se colocam em pauta direitos sociais relacionados ao corpo da mulher e sua valorização profissional. Bourdieu (2012, p. 139) enfatiza que:

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua "mão direita", masculina, e sua "mão esquerda", feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas) poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Resultados de pesquisas promovidas pela ONG feminista Think Olga (2015), após a enorme repercussão causada pela hashtag #PrimeiroAssédio<sup>12</sup>, demonstram que meninas sofrem seu primeiro assédio por volta dos 9 anos de idade, sendo que 65% dos assediadores são conhecidos das vítimas. Ressalte-se que os resultados colhidos foram fornecidos por adolescentes e/ou mulheres adultas, hoje, de modo que a criança, em seus 9 anos, muitas vezes não é capaz de reconhecer quando está diante de um assédio. O desconforto ou o constrangimento inicial com a situação, uma vez que não é a ela traduzido, pode até se normalizar e ser incorporado pela vítima como comportamento natural.

Os estudos de fenomenologia feminista demonstram como o corpo da mulher é invadido por homens, direta e indiretamente, e como as próprias

<sup>12</sup> A hashtag foi criada em solidariedade a uma menina de 12 anos, participante do programa MasterChef Jr., que teve seu corpo como alvo de comentários de cunho sexual por homens na internet, durante sua participação televisiva. Em menos de uma semana, a hashtag #PrimeiroAssédio foi replicada mais de 82 mil vezes, contando com inúmeros relatos de meninas e mulheres, constatando a consonância entre o ocorrido com a cozinheira jr., em rede nacional, e milhares de mulheres, cotidianamente, em todos os espaços, públicos ou privados.

vítimas desenvolvem hábitos e comportamentos na busca pela invisibilidade de seus corpos, como roupas que devem ser usadas ou não em determinados lugares, gestos limitados, voz baixa, andar silencioso etc. “Há toda uma região da experiência humana que o homem escolhe deliberadamente ignorar porque fracassa em pensá-la: essa experiência, a mulher a vive” (BEAUVOIR, 2016, p. 422).

A tensão constante relacionada à ameaça de violação do corpo feminino faz com que mulheres vivam 24 horas por dia pensando em como reduzir as possibilidades de ter seu *ser* invadido.

A preocupação traduz a desconfiança em relação ao mundo dado; se ele lhe afigura carregado de ameaças, preste a afundar em obscuras catástrofes, é porque ela não se sente feliz. Na maior parte do tempo ela não se resigna em se resignar; sabe muito bem o que suporta, e o suporta contra sua vontade; é mulher sem ter sido consultada; não ousa revoltar-se; é irritada que se submete; sua atitude é uma recriminação constante. (...) Ressente-se contra o mundo inteiro, porque foi edificado sem ela e contra ela; desde a adolescência, desde a infância, protesta contra sua condição; prometeram-lhe compensações, asseguraram-lhe que se abdicasse de suas possibilidades nas mãos de um homem, elas lhe seriam devolvidas centuplicadas e considera-se mistificada; acusa todo o universo masculino; o rancor é o reverso da dependência: quando se dá tudo, nunca se recebe bastante de volta. (...)

Mesmo nos períodos de calma vive preocupada; à noite, na sonolência, deitada, inerte, assusta-se com figuras de pesadelo que revestem a realidade; (...) o que ela tenta em vão conjurar, em suas longas rumações melancólicas, é o espectro de sua própria impotência (BEAUVOIR, 2016, p. 416).

Para além do plano filosófico, as contribuições de Beauvoir aos estudos de gênero alavancaram os movimentos feministas do século XX, constituindo uma rica fonte também sociológica. Em 2015, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) trouxe, na avaliação, uma questão cujo enunciado previa trecho de *O Segundo Sexo*, relacionado a movimentos sociais e igualdade de gênero<sup>13</sup>. A repercussão, após a prova,

<sup>13</sup> “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o

foi imensa. Setores religiosos e conservadores, principalmente políticos e pastores influentes, entre eles o atual presidente da República, à época deputado federal, emitiram notas acusando o governo Dilma Roussef como propagador de “doutrinação ideológica” e nomeando a avaliação como “Exame Nacional de Ensino Marxista”<sup>14</sup> (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2015), aduzindo ser o feminismo algo diabólico, capaz de “acabar com a família”.

Os avanços do movimento feminista, portanto, encontram grande resistência de setores conservadores no congresso e na sociedade, que buscam impedir, a todo custo, a perda de poder patriarcal. A simples menção à palavra *gênero* já causa uma enorme onda reacionária, e quando aliada ao ensino pedagógico de crianças, então, o diálogo é praticamente impossível. Projetos de lei apresentados e pronunciamentos em redes sociais de políticos, bem como a atuação de cunho machista de determinados agentes do judiciário, ainda que mascarados pelo discurso de proteção da família, constituem, hoje, os maiores obstáculos à luta da violência contra a mulher.

Diante disso, a insistência no debate de Gênero e Sexualidade nos currículos escolares se faz, mais do que nunca, importante e condição necessária à retomada dos significados reais dos termos ao campo progressista. Ensinar Sexualidade a crianças, ao contrário do que se pensa, não as “sexualiza” ou as incentiva a praticar atos sexuais, pelo contrário: ao conhecerem mais sobre o próprio corpo, jovens se tornam mais atentos às consequências de seus atos. Assim, a compreensão da sexualidade, por vezes, faz com que a iniciação sexual seja até mesmo adiada, além de, quando já ativa, seja mais segura, saudável e consciente. O ensino da Sexualidade vai muito além do ato sexual em si, envolvendo, além de questões biológicas, questões sociais, psíquicas e também políticas.

Nesse sentido, educar para a compreensão de gênero e orientação sexual é a via mais segura pela

---

macho e o castrado que qualificam o feminino”. (BEAUVOIR, 2016, p. 11)

<sup>14</sup> “Mais ou tão grave quanto a corrupção é a doutrinação imposta pelo PT junto à nossa juventude. O sonho petista em querer nos transformar em idiotas materializa-se em várias questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino MARXISTA)”, escreveu Bolsonaro. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2015)

qual a pedofilia, o machismo, a misoginia, a lgbtphobia, a transfobia, e qualquer outra forma de ódio direcionado a minorias, em razão de seu gênero ou sexo, podem ser combatidas. Crianças conscientes são capazes de compreender o próprio processo de descoberta da sexualidade, sobretudo quando não encontram acolhimento em pais fechados e rigorosos, além de identificarem atitudes machistas, sexistas, assediadoras e invasivas que possam estar ocorrendo dentro de seus próprios lares e fora deles.

Importante ressaltar, ainda, que a educação sexual de meninos, em particular, é um ponto crucial para a diminuição da violência. Os mesmos mecanismos que estipulam um patamar inferior ao gênero feminino, indubitavelmente se refletem sobre os homens. Conforme Bourdieu (2012, p. 37), “O trabalho psicossomático que, aplicado aos meninos, visa a virilizá-los, despojando-os de tudo aquilo que poderia neles restar de feminino” leva-os, desde a infância, a cultivarem uma masculinidade tóxica<sup>15</sup>, a qual se torna perigosa não só às pessoas ao seu redor, mas também a si próprios, causando sofrimento interno e externo. As dores que os homens sentem, causadas pela imposição da virilidade, são também as dores que os homens causam ao mundo, e, especialmente, às mulheres, como uma espécie de compensação afetiva. Assim, a abolição das categorias de gênero, no limite, beneficiaria ambos os sexos.

Virgínia Woolf (2014, p. 138-139) atenta a estas questões, já em 1929, advogava pela abolição do gênero, enfatizando a necessidade de comunhão das esferas socialmente construídas como passo necessário ao progresso da humanidade:

É claro que a mente está sempre alterando seu foco e mostrando o mundo de diferentes perspectivas. Mas alguns desses estados de espírito, parecem, mesmo que adotados espontaneamente, menos agradáveis que outros. Pra manter-se neles, a pessoa se reprime de forma inconsciente, e aos poucos essa repressão se torna uma extenuação. Mas deve haver algum estado de espírito em que a pessoa possa permanecer sem esforço, porque nada há para ser reprimido. (...) É

---

<sup>15</sup> A expressão masculinidade tóxica é a estreita e imponente descrição de masculinidade, a qual exerce sobre o homem a necessidade de mostrar-se sempre de acordo com o ideal cultural da masculinidade, definido por violência, sexo, status, brutalidade, entre outros.

natural que os sexos cooperem entre si. Há um instinto profundo, se não irracional, em favor da teoria de que a união de um homem e uma mulher colabora para uma satisfação generalizada, para a mais completa felicidade. O estado de espírito normal e cômodo é aquele em que os dois estão juntos em harmonia, cooperando espiritualmente. Se a pessoa é um homem, ainda assim a porção mulher de seu cérebro deve produzir resultados; e a mulher também deve se comunicar com o homem que há dentro de si. Talvez seja isso que Coleridge quis dizer quando afirmou que as grandes mentes são andróginas. É quando ocorre essa fusão que a mente é fertilizada por completo e usa todas as suas faculdades.

Há muito a androginia é defendida no mundo artístico. Diversos ensaios, livros, pinturas, peças teatrais, músicas, performances e exposições vêm, constantemente, implícita ou explicitamente, invocando e considerando a sinergia das características, ora indevidamente separadas, como o ápice da liberdade e plenitude humana. Não à toa a produção artística é considerada como um dos mecanismos de sublimação<sup>16</sup> mais comuns na teoria freudiana. Assim, nos parece que a problemática dos gêneros resulta de uma incapacidade, por toda a sociedade - e, especialmente, pelas ciências jurídicas e políticas cujos influentes representantes ainda possuem fortes tendências conservadoras na temática sexual -, do exercício de abstração do campo simbólico, ou, em outras palavras, de um olhar mais *artístico* e multidisciplinar sobre os fenômenos sociais.

## Conclusões

É necessário que se ultrapasse o tabu da linguagem sexual. Falar ou não sobre o corpo humano não deveria sequer ser motivo de discussão, já que é *humano*, portanto, o que constitui a todos nós, e, por derradeiro, político, também porque constitui a todos nós. O corpo é a ferramenta que estabelece a forma com que vemos e nos relacionamos com o mundo, e, por isso, não é neutro, e sim instrumento cultural e político, podendo, até mesmo, constituir um obstáculo

ou barreira a determinados sexos, como ocorre com o feminino.

Nessa linha, é importante esclarecer que a polêmica discussão sobre gênero, hoje encampada pelo campo progressista, não objetiva que se invertam todos os “papéis” atribuídos aos gêneros, pelo contrário. O que se busca é, tão somente, que todos estejam confortáveis para serem quem são, sem sofrerem qualquer tipo de represália, exclusão ou dominação pelo outro.

Se há algo que se possa chamar de *ideologia de gênero*, é justamente o uso do gênero como mecanismo milenar de poder patriarcal, estabelecendo posições bem delimitadas a homens e mulheres, como ocorre histórica e contemporaneamente, e não o estudo, com seriedade, de uma categoria analítica, que coloca em evidência as relações de poder e sociabilidade entre os sexos, buscando, através de um diagnóstico de suas interações históricas, analisar a construção e funcionamento das estruturas sociais entrelaçadas às práticas e aos discursos sexistas institucionais e sociais contemporâneos.

Para concluir, vale dizer que existem diversas formas de “ser homem” e diversas formas de “ser mulher”; realizar “tal prática” não indica uma negação de “tal sexo”, pois ele é aberto à subjetividade de cada um. Ou seja, defendemos aqui a abolição da imposição de “caixinhas” de gêneros, que por si só já constitui uma violência, e a reconstituição do próprio ser humano como gênero. Enquanto houver categorizações valorativas, haverá, inevitavelmente, hierarquias.

Nessa linha andrógina, concordamos com Goldman (2011) na conclusão de que a convivência harmônica entre os sexos não demanda um nivelamento superficial dos seres, tampouco a eliminação de suas particularidades. O grande paradigma em questão é o desafio da união entre subjetividade e coletividade, sem causar um prejuízo significativo a nenhuma das esferas. “Como sentir-se em profunda comunhão com todos os outros seres humanos e conservar intactas suas próprias qualidades?” Para nós, o Ser Humano como gênero seria este terreno no qual se encontrariam, “sem antagonismo e sem oposição, a massa e o indivíduo, o verdadeiro democrata e o verdadeiro individualista, o homem e a mulher”.

<sup>16</sup> Deslocamento, imposto pela civilização, da satisfação dos instintos primitivos para outras vias, socialmente aceitas. (FREUD, 2010, p. 60).

## Referências

ATWOOD, Margaret. *O Conto da Aia*. Tradução Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, classe e raça*. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª edição – São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. A condição feminina no país dos brucutus: uma conversa sobre mulheres, poder e igualdade no Brasil. In: ROCHA, Lilian Rose Lemos... [et. al.]; (org). *Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais*. Brasília: UniCEUB: ICPD, 2017. p. 241-247.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREUD, Sigmund. *O mal estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOLDMAN, Emma. *A tragédia da emancipação feminina*. 2011. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-tragedia-da-emancipacao-feminina/>. Acesso em: 17/06/2019.

GONZAGA, Christiano. *Manual de Criminologia*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: ARRUDA, Angela... [et al.]; Organização Heloísa Buarque de Hollanda. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. P. 237-255.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Serella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas elementares do parentesco*. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce Homo*. Tradução de Marcelo Backes. Porto Alegre: L&PM, 2006.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 15, n. 2, 1990.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Sousa, Glauco Matoso; 1ª ed. – São Paulo: Tordesilhas, 2014.